

Eloína Santos (org.). *Perspectivas da literatura ameríndia no Brasil, Estados Unidos e Canadá*. Feira de Santana: UEFS, 2003, 157p.

Eurídice Figueiredo

Universidade Federal Fluminense

O livro organizado por Eloína Prati dos Santos preenche uma lacuna, já que existe muito pouca publicação sobre literaturas indígenas no Brasil. Os artigos são muito relevantes, com uma abordagem teórico-metodológica pertinente, pois a autora agregou estudiosos brasileiros e estrangeiros muito competentes que trabalham sobre o assunto.

O primeiro artigo, “Para entender os *trickster tales* dos nativos americanos”, de Arnold Krupat, lança alguns conceitos fundamentais sobre a figura do *trickster*. Os contos ameríndios são também chamados de *trickster tales* porque têm este personagem

ambíguo e ambivalente, que se apresenta sob diferentes formas nos contos: no sul e sudoeste dos Estados Unidos ele é representado como Coiote, mas em outras regiões ele toma a forma de outros animais (Coelho, Carcaju, Corvo) e pode também aparecer com vários nomes. O *trickster* é anti-social, egoísta, amoral, além de ser também transformista, ou seja, tem o poder de se metamorfosear. O autor o compara a outros personagens da tradição literária ocidental, como o Hermes dos gregos, o pícaro (Lazarillo de Tormes, Gil Blas) e tantos outros. Daniel Brinton, que deu ao *trickster* seu nome genérico em inglês, foi o primeiro a tentar resolver a

questão de como ele podia ser ao mesmo tempo deus e bufão, ou seja, herói e anti-herói. Ele cria uma hipótese de que esta ambigüidade adviria do fato de ele ser a fusão de dois personagens, numa versão degenerada de uma narrativa sobre um herói cultural mitológico. Outro autor que estudou o *trickster*, Paul Radin, vai buscar em Jung uma explicação psicológica para a ambigüidade do personagem, enquanto Melville Jacobs se fundamenta em Freud para descrevê-lo. Nos anos 50 Lévi-Strauss tem explicações estruturais para estudar o papel do *trickster* como mediador, e mais tarde Lawrence Sullivan explica esta ambivalência pela ironia. O autor do artigo não concorda com estas hipóteses pois elas não levam em conta a procedência oral destes contos e a função social dos contadores de histórias, que é a de educar os jovens. “Ouvir histórias é parte do sistema de ensino tradicional” (p. 30). É preciso encontrar explicações dentro do universo conceitual dos ameríndios, pois as “histórias de *trickster*, assim, não operam de acordo com a lógica opositiva que tem caracterizado o pensamento do

ocidente moderno e letrado” (p. 32).

No segundo artigo, “O refuncionamento da narrativa na ficção ameríndia contemporânea do Brasil, Estados Unidos e Canadá”, Eloína Prati dos Santos destaca as semelhanças de narrativas e de mitos cosmogônicos, tal como eles são contados e/ou escritos por autores ameríndios do norte e do sul. Nestas histórias o homem branco e o homem ameríndio são irmãos, “com suas histórias entrelaçadas desde os primórdios” (p. 56). A autora também estabelece paralelos entre a literatura de um autor branco, William D. Eastlake, que criou personagens que combateram estereótipos e mitos criados pelo romance popular e os filmes hollywoodianos” (p. 46), sobretudo através do humor, e autores ameríndios, que também usam o humor para desestabilizar os paradigmas do etnocentrismo. Dentre estes, a autora dá ênfase à obra de Thomas King, autor do Canadá que também trabalha com a figura do coite, este *trickster* ambivalente. “A diferença entre as narrativas de King e Eastlake vem do fato de que Eastlake usou as tradições e figuras Navajo como um contraponto que lhe permitiu o distanciamento necessário para olhar de forma crítica para sua

própria cultura e acabou reforçando a visão romântica que alguns brancos têm da cultura nativa. King fala de sua própria cultura e trata de torná-la igualmente acessível a brancos e índios” (p. 52).

O terceiro artigo, “Imagens do Outro: a questão indígena no Canadá e a ficção literária de Yves Thériault”, de Humberto Luiz Lima de Oliveira, trata do romance *Ashini* (1960). O autor do Quebec coloca-se como porta-voz de ameríndios e inuits em sua extensa obra, “alegando estar legitimado a fazê-lo, na medida em que teria realizado longas pesquisas de campo e também por uma suposta ascendência ameríndia” (p. 63). *Ashini* sena, segundo Humberto de Oliveira, “clara paródia ao chamado romance fundador da quebecidade” (p. 65), ou seja, a *Menaud, maître draveur*, de Félix-Antoine Savard. *Ashini* é um índio sexagenário, desprovido de tudo, condenado à solidão, que assim é levado à perda da razão e à morte, sacrificando-se em nome da liberdade de seu povo de viver de acordo com as tradições ancestrais, sem aderir ao mundo branco. “Desta maneira, Thériault ressignifica a função do xamã indígena e, ao mesmo tempo, humaniza o papel do Cristo, na linha da teologia da libertação: o Cristo vivo

encarnado nos marginalizados, nos que são compelidos à periferia” (p. 69).

O quarto artigo, “O outro reconhecível: do indivíduo mímico ao hibridismo nas relações inter-raciais”, de Jane Brodbeck, parte do conceito de mímica do teórico Homi Bhabha, que designa o sujeito colonizado como um imitador, cujo comportamento é “quase o mesmo, mas não exatamente o mesmo do colonizador, para analisar o romance *Malaeska: the Indian wife of the White Hunter*, de Ann Stephens, de 1860. Trata-se de uma história de amor que produz um filho mestiço, William, que, após a morte do pai, será criado por seus avós paternos. Educado como um branco e ignorando sua origem, comete suicídio ao descobrir-se mestiço, o mesmo acontecendo à sua mãe, Malaeska, que também se suicida. Este romance pertence ao gênero *dime novels*, eivados de estereótipos, que inspiraram os *westerns*, nos quais os brancos encarnam o Bem e os índios encarnam o Mal. A autora compara este romance com o conto “Assimilation”, do escritor índio Sheman Alexie, no qual ele constrói um mundo não-dicotômico e muito mais complexo para contar também uma relação amorosa entre um branco (Jeremiah) e uma índia (Mary Lynn), ambos

letrados e “modernos”. “Tanto Mary Lynn quanto Jeremiah são sujeitos que se estruturam em premissas diversas do processo fixo e rígido das polaridades primordiais que constróem as diferenças entre branco/índio, raça superior/inferior, civilizado/primitivo, dando lugar à possibilidade de um hibridismo cultural que acolhe a diferença sem uma hierarquia suposta (BHABHA, 1998, p. 22)” (p. 85).

O quinto artigo, “O feminino na literatura”, de Liane Schneider, propõe uma análise de obras de mulheres índias cuja característica reside no fato que as personagens femininas sempre detêm poder. Para isto parte da afirmação de Susan Castillo de que “o poder, no final das contas, está dentro de nós, enquanto a autoridade nos é conferida por outros (p. 95). Os livros estudados são: *Ceremony*, de Leslie Marmon Silko (Laguna Pueblo), *Tracks*, de Louise Erdrich (Chippewa), e *The Grass Dancer*, de Susan Power (Sioux), textos publicados respectivamente nos anos 70, 80 e 90. “Mesmo fazendo uso de uma forma literária ocidental, ou seja, do romance, essas escritoras conseguem questionar o passado, apontando o que foi historicamente ignorado ou

distorcido e, ao mesmo tempo, participar da construção de novos modelos para as sociedades contemporâneas com padrões mais flexíveis no que se refere à etnia e ao gênero” (p. 109).

No sexto artigo, “Trânsito de fronteiras culturais e resistência: LaRocque, Jecupé e a política do espaço entre mundos”, de Lúcia Helena de Azevedo Villela, a questão do espaço é fundamental, pois os povos indígenas têm uma ligação muito forte com a terra natal, “os fios que ligam passado e presente através do constante rememorar da narrativa oral ligam também os seres à terra — essa força agregadora de sua cultura” (p. 116). Em textos autobiográficos, os dois autores em questão, a canadense Emma LaRocque e o brasileiro Kaká Werá Jecupé, falam de seres híbridos, que transitam entre o mundo branco e o mundo indígena. Eles assim “demonstram que o trânsito entre fronteiras é um espaço de lutas constantes entre duas culturas, seus sujeitos e suas identidades” (p. 121).

O sétimo artigo, “Que história é essa? A escrita indígena no Brasil”, de Lynn Mario T. Menezes de Souza, se articula em tomo de três partes, cronologicamente definidas. Haveria um primeiro longo

momento de transcrição das histórias indígenas; um segundo momento, a partir do fato de as línguas indígenas serem reconhecidas pela Constituição de 1988 e elas começarem a ser ensinadas nas escolas indígenas, com uma produção própria de livros e material didático; e um terceiro momento, em que aparecem escritores indígenas, que migraram para os espaços urbanos e que criam uma literatura mais de acordo com as normas ocidentais.

No oitavo e último artigo, “Jogos arriscados: uma ‘história de Coiote sobre Colombo”, de Rubelise da Cunha, volta-se à questão do *trickster* na figura de Coiote, através da análise de uma narrativa de Thomas King. Segundo a autora, “as ações da Coiote e do narrador exemplificam as duas estratégias de resistência pós-

colonial apresentadas no conto” (p. 152). A coiote representaria a desconstrução, já que ela age como colonizador e como colonizado. O narrador, ao contrário, conta uma outra versão da história e critica o jogo ambíguo da Coiote. Assim, “a narratividade de King questiona o *trickster* e, conseqüentemente, a desconstrução e a hibridização como formas de resistência pós-colonial” (p. 152).

O livro, em seus oito artigos, oferece várias possibilidades de leituras de textos produzidos por indígenas, às vezes colocados em contraposição/confronto com outros textos produzidos por brancos, em que se tematiza o índio. Ele traz uma importante contribuição aos estudos indígenas no âmbito da universidade brasileira.